

O rossio não-rival

*Imre Simon** e *Miguel Said Vieira***

“Alimento as vossas mentes quando falo. Repartiríeis entre vós o alimento, se o que trouxesse fosse para os vossos estômagos, e não chegaria inteiro a cada um; mas quantos mais fôsseis, em tanto maior número de pedaços dividiríeis o que vos desse.

Aquilo que digo é inteiro para todos e inteiro para cada um”

Santo Agostinho (354-430)

[sermão 237, em *Sermões para a Páscoa*, Lisboa: Verbo, 1974, p. 196]¹

Se você tiver uma maçã e eu tiver uma maçã, e trocarmos as maçãs, então cada um continuará com uma maçã. Mas se você tiver uma idéia e eu tiver uma idéia, e trocarmos estas idéias, então cada um de nós terá duas idéias.

George Bernard Shaw (atribuição incerta)

Resumo

Este artigo é uma introdução ao conceito de rossio não-rival. Define e compara os dois tipos de rossios (rival e não-rival), sugerindo que a língua portuguesa pode ser entendida como um exemplo de rossio não-rival. A seguir, propõe que os rossios não-rivais estão relacionados a importantes transformações sociais e culturais que começam a se afigurar, e explora essa relação por quatro aspectos: 1) a potencialização desses rossios pela tecnologia digital; 2) o papel da rede na disseminação dos bens desses rossios; 3) o avanço dos estudos acadêmicos sobre esses rossios; 4) a possibilidade de interação entre esses rossios e a política.

* Universidade de São Paulo, e-mail: <is@ime.usp.br>

** e-mail: <miguelsvieira@gmail.com>

1 Agradecemos Ricardo Ueda Karpischek pela indicação desta citação.

O rossio não-rival

Para começar, vale esclarecer nosso título, que sem dúvida soa enigmático. O que é o rossio não-rival?

Rossio

De acordo com o dicionário Houaiss, rossio pode ser: um “terreno ou largo bastante espaçoso; grande praça”; ou um “terreno roçado e usufruído em comum”.

A primeira definição do Houaiss remete-nos a Lisboa: chamava-se Rossio uma grande e importante praça (hoje conhecida como Praça de D. Pedro IV), centro comercial e ponto de encontro da cidade desde seus primórdios. Nos Estados Unidos, as praças e locais públicos como o Rossio lisboeta, utilizados para encontro e deliberação política, eram chamados de *town commons* [HESS & OSTROM, 13]. Um exemplo significativo é o Boston Common, criado em 1634 como uma área de pasto, e que hoje em dia é um parque público.

Coincidência ou não, a palavra *commons* tem também o mesmo significado da segunda definição do Houaiss. Esse significado remonta às terras utilizadas coletivamente para pasto, durante a Idade Média, por comunidades na Inglaterra. Os membros das comunidades que as compartilhavam tinham uma série de direitos de uso sobre essas terras, e elas não tinham um proprietário exclusivo.

Tratava-se, em suma, de um tipo de propriedade coletiva ou compartilhada — muito distinta da propriedade privada. Ao contrário do que ocorre na propriedade privada da terra, não havia um indivíduo com a prerrogativa de comercializar as terras de um rossio, ou de autorizar ou impedir seu uso por um terceiro da comunidade. O uso estava sujeito a regras ligadas à equidade, à transparência e à garantia da sustentabilidade.

No fim da Idade Média, as terras comuns inglesas foram progressivamente privatizadas, no fenômeno que veio a ser chamado de *enclosure* (cercamento ou apropriação). Após esse período, no entanto, o termo *commons* continuou em uso para

referir-se a outros bens comuns, tais como: ruas, estradas, ar, oceanos, e o meio ambiente em geral. Para os propósitos deste artigo, levando em conta todos esses usos para o termo, afirmamos que um *rossio* é um conjunto de recursos utilizados em comum e equitativamente por uma determinada comunidade. Não existem direitos individuais de exclusão no *rossio*.

Por que “rossio” e não “commons”

Salvo raras exceções, o termo *rossio* não tem sido usado em português. Em seu lugar, comumente é empregado o termo em inglês (*commons*),² talvez pelo peso que a idéia tenha na cultura anglo-saxônica moderna: com efeito, em comparação com o Brasil, na Europa sempre houve mais população do que terra. Usamos o termo em português como uma experiência, na tentativa de ajudar a resgatar o conceito no nosso contexto.³

Recursos não-rivais

Para auxiliar a compreensão de nosso título, falta ainda elucidar o que é “não-rival”.

O termo vem da economia: é rival aquele bem ou recurso cujo uso por alguém impede (ou compete com) o uso por outra pessoa. Os bens materiais são sempre rivais: o meu uso de uma cadeira, uma maçã ou um exemplar de um livro impede (ou compete com) o uso desses mesmos objetos por outra pessoa.

Um bem ou recurso não-rival, por sua vez, é aquele que admite usos simultâneos que não competem entre si. Tomemos o caso do exemplar de um livro, e suponhamos que ele é parte de uma tiragem de 5000 exemplares. Cada exemplar é um bem rival (ainda que relativamente durável: poderá ser usado consecutivamente por várias pessoas). No entanto, se tomássemos o conteúdo desse livro como o bem em questão, e não apenas um exemplar dele, poderíamos dizer que ele é não-rival: é perfeitamente possível usá-lo em 5000 exemplares do livro. Ademais, dada a durabilidade de cada exemplar do livro, o seu conteúdo (bem não-rival) poderá ser

2 Como fizemos em nosso artigo anterior [SIMON & VIEIRA].

3 Agradecemos ao prof. Ronaldo Lemos, que, durante o seminário “Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade”, alertou-nos sobre a existência do termo em português.

multiplicado e possuído por todas as pessoas que o lerem. Esse fenômeno realça o fato de que o uso do conteúdo de um livro por uma pessoa não interfere ou compete com o seu uso por outra pessoa.

Como deve ter ficado claro, os bens intangíveis — como as idéias, os programas de computador, as obras artísticas, científicas e culturais — são, em geral, não-rivais.

Um rossio não-rival, portanto, é um conjunto de bens ou recursos não-rivais (isto é, que podem ser utilizados simultaneamente por mais de uma pessoa) e que são utilizados em comum por uma determinada comunidade. Note-se que há uma sinergia entre as duas idéias: é mais fácil constituir um rossio com bens não-rivais, pois prestam-se mais facilmente ao uso comum e simultâneo.

Analogamente, um rossio rival é aquele cujos bens ou recursos em comum são rivais; os rossios abordados até hoje pela academia (os rossios “clássicos”, como a terra de pasto comunitária) são todos desse tipo. A natureza dos dois tipos de rossio é bastante distinta. Em última análise, o rossio rival caracteriza-se pela escassez, e o rossio não-rival caracteriza-se (ao menos potencialmente) pela abundância.⁴

A língua portuguesa como um rossio não-rival

Para tentar deixar mais claro, apresentemos um exemplo de rossio não-rival, e que, até onde sabemos, não é reconhecido dessa forma: a língua portuguesa.

Cada falante da língua portuguesa é, numa simplificação, um pequeno banco de dados e processador — único e muito complexo — dessa língua. Cada um desenvolve um repertório de expressões da língua; avalia esse repertório conforme o contexto, para utilizá-lo e decodificá-lo na comunicação; e estabelece prioridades e hábitos individuais (ou ligados a um grupo de falantes) no seu uso da língua.

Em princípio, cada falante constrói, detém e exerce (por meio da comunicação) a sua própria “versão particular” da língua. No entanto, há uma extensa intersecção comum entre tais versões: alguns elementos repetem-se em todas as versões

⁴ Pode-se dizer que os rossios ligados ao meio ambiente — como a atmosfera e os oceanos — são, em certo sentido, abundantes; e que, além disso, estabelecem mecanismos de regeneração de seus recursos. No entanto, é cada vez mais claro o fato de que, ainda que disponíveis em grande quantidade, esses recursos são rivais, e sua capacidade de regeneração é limitada.

particulares; outros repetem-se em muitas versões particulares de um determinado grupo (cultural, geográfico, étnico etc.). É esse núcleo comum, de fronteiras um tanto difusas, que sugerimos considerar como um rossio não-rival. Ele é dinâmico, modificando-se e ampliando-se de acordo com o desenvolvimento das “versões particulares” e as interações que estabelecem entre si. Ele é também o patamar mínimo que permite a comunicação entre os usuários dessa língua.⁵

Seus elementos (palavras, expressões, construções) podem ser utilizados em comum, por quantos quiserem. Com efeito, quanto mais pessoas falarem o português, maior será a pluralidade das suas versões particulares, e maior será a riqueza e diversidade potencial do núcleo comum. Essa é uma característica surpreendente dos rossios não-rivais, e que não existia em rossios de outro tipo: ao contrário, acreditava-se justamente que o uso excessivo poderia impedir o sucesso dos rossios. [HARDIN] Outra característica surpreendente desse rossio em particular é que ele é extremamente fragmentado (não encontra-se totalizado em nenhum lugar: uma língua é antes aquela interseção de suas versões individuais do que um simples dicionário), mas ainda assim cresce, adapta-se e modifica-se em torno de um núcleo comum.

O rossio não-rival hoje

Como vimos no exemplo da língua portuguesa, os rossios não-rivais estão entre nós desde muito tempo atrás, mas aparentemente foram ignorados pela academia, ou simplesmente não foram notados nesses termos. Mas, desde o século 20, eles têm adquirido uma relevância cada vez maior, e têm íntima relação com as transformações sociais, tecnológicas e culturais que vivemos hoje: de fato, nas últimas décadas eles começam a reconfigurar a sociedade, a educação e a cultura, através da ocorrência cada vez mais frequente de grandes projetos de produção social [BENKLER, 2006] que quase sempre estão estruturados em torno de algum rossio não-rival.

Abordaremos agora a relação entre essas transformações e os rossios não-rivais por meio de quatro atos. Nos dois primeiros, tentaremos realçar como a tecnologia viabiliza implementações inovadoras de rossios não-rivais. Isso ocorre por meio do

⁵ Curiosamente, o rossio que é a língua portuguesa acaba sendo a própria ferramenta pela qual esse rossio pode ser modificado e desenvolvido: a única maneira de modificar uma língua é usando-a. Algo similar ocorre em outro exemplo de rossio não-rival que abordaremos adiante: o software livre.

computador pessoal, que barateia a reprodução (por incorporar a tecnologia digital) e facilita o processamento e a automatização de tarefas ligadas aos bens do rossio; e por meio da rede, que facilita e barateia a disseminação desses bens. Nos dois últimos atos, abordaremos a recente reflexão acadêmica que tem sido dirigida a esses fenômenos; e a importância cada vez maior de politizar a discussão sobre o assunto e trazê-la para a esfera pública.

Ato 1: a tecnologia digital viabiliza armazenar e processar os bens de rossios não-rivais

A digitalização não é um fenômeno restrito aos computadores. Ela consiste na conversão de uma realidade contínua em uma representação discreta, e pode ser encontrada já na invenção dos alfabetos [MCLUHAN]. Na comunicação, ela também já estava presente, por exemplo, na técnica da impressão de imagens por meio-tom [VIEIRA], muito comum em jornais a partir de 1890 [<http://en.wikipedia.org/wiki/Halftone>] — ou seja, bem antes da popularização dos computadores.

Será com o computador pessoal, no entanto, que a digitalização atingirá o ápice de seu impacto. A principal característica da digitalização — e o motivo de seu avanço crescente — é a facilidade e baixo custo de manipular e reproduzir os bens digitais; e é no computador pessoal que, por uma série de razões, essa característica será expressa com mais força. Primeiramente, porque o computador é um artefato fundamentado na tecnologia digital: o seu princípio de funcionamento é o bit, a diferença entre o 0 e o 1. Além disso, como é um suporte universal, o baixo custo de reprodução (característico da digitalização) aplica-se a todos os bens intelectuais que passarem por ele; um livro, uma música ou um filme digitalizados em um computador podem ser copiados infinitas vezes, a um custo marginal incrivelmente baixo, e com um resultado de precisão absoluta em todas as cópias. O mesmo ocorre com a facilidade de manipulação: o computador facilitará enormemente a automatização e o processamento (isto é, a reprodução e manipulação já mencionadas, a indexação, a combinação com outros bens etc.) de qualquer tipo de bens digitais. Por fim, o fato de que o computador pessoal tem tornado-se ubíquo em nossa sociedade enraiza o efeito dessas características em setores os mais diversos.

Essas mudanças não são triviais. Se, no passado, os rossios não-rivais possíveis só podiam ser armazenados em estruturas como a da língua portuguesa ou a de uma biblioteca física (e que portanto dependiam profundamente de nossa memória ou de bens rivais, como os exemplares dos livros), a tecnologia digital viabilizou a constituição de rossios não-rivais mais amplos, baratos e eficientes, e que antes eram impraticáveis.

Um exemplo de rossio não-rival que tornou-se viável com o computador e a tecnologia digital foi o Projeto Gutenberg. Nascido em 1971, trata-se de um acervo de literatura em domínio público digitalizada e de acesso gratuito. Ainda assim, embora ele tenha se tornado viável, o crescimento inicial desse rossio foi lento. As primeiras centenas de obras foram digitadas pessoalmente pelo criador do projeto; depois, passaram a ser digitalizadas por meio de scanners e programas de reconhecimento ótico de caracteres.

Ato 2: a rede dissemina os bens dos rossios não-rivais

A aceitação e utilização ampla, comum e simultânea de um rossio como o do Projeto Gutenberg esbarrava, no entanto, no gargalo da distribuição: um determinado arquivo digital podia ser copiado infinitamente e utilizado de maneira simultânea, mas para que isso ocorresse era necessário que ele fosse transmitido de um computador a outro. Essa distribuição era em geral tão custosa e demorada quanto a transmissão de bens culturais não-digitalizados, e eventualmente dependeria dos mesmos intermediários que distribuíam os bens materiais. Um impasse similar ocorria para a construção coletiva de tais rossios: sem tecnologias de comunicação que barateassem e simplificassem o trabalho simultâneo, ele tendia a ser excessivamente centralizado, menos eficiente. Na prática, era bastante difícil formar grandes comunidades (de usuários e colaboradores) em torno desses rossios.

Com o surgimento da Internet, no entanto, essa situação muda significativamente. A distribuição de arquivos digitais é simplificada, barateada e relativamente descentralizada: havendo o acesso à rede, a distribuição de um arquivo tem custo baixo e igual para qualquer lugar, independentemente de continente ou país. E, ainda que esteja sujeita a determinados controles (vide o caso de países que limitam

o uso da Internet, como a China), a distribuição pela Internet não está sujeita às barreiras de entrada típicas dos mercados materiais, por ser um meio de distribuição barato e estruturalmente descentralizado. Com essa melhoria e descentralização da distribuição, abre-se também caminho para baratear e simplificar a colaboração.

Na prática, no caso de um rossio como o projeto Gutenberg, isso significa que aquele acervo tornou-se disponível (para usuários ou para voluntários interessados em contribuir outros bens) em todo e qualquer lugar que tiver acesso à Internet. Considerando que hoje já caminhamos para 1 bilhão de pessoas com acesso à Internet, é fácil prever que o efeito dessa acessibilidade para a colaboração foi grande. Se, para chegar a um acervo de 100 obras, o Projeto Gutenberg levou 23 anos (de 1971 a janeiro de 1994), o salto para 1000 obras foi dado em 3 anos e 7 meses (agosto de 1997), e o para 10000 em mais 6 anos e 3 meses (outubro de 2003). Hoje seu acervo conta com mais de 23000 obras em 54 idiomas, e cresce a uma média de 3500 novos livros por ano desde 2003 [PROJECT GUTENBERG NEWS].

Esse crescimento é espantoso; é de se notar, porém, que o Projeto Gutenberg em particular tem limites quanto à possibilidade de arregimentar a colaboração coletiva pela rede. Isso deriva da própria definição de seu acervo. Os bens que podem ser contribuídos a esse rossio são aqueles que já se encontravam em outro rossio: o conjunto das obras literárias em domínio público, delimitado pelas leis de direitos autorais. Ele é, portanto, antes a viabilização (mais barata, eficiente e democraticamente acessível) de um rossio “anterior”, replicado em nova estrutura, do que a constituição de um rossio totalmente novo.

Mas a Internet também ajuda a abrir caminho para rossios antes inimagináveis, compostos por bens concebidos particularmente para esses novos rossios (eventualmente mesclados a bens de rossios anteriores). O exemplo mais relevante é o do software livre.

O software já nasceu digital. Ele é não-rival por natureza: em essência, é uma série de comandos relativamente abstratos, e sempre foi facilmente reproduzível (mesmo quando dependia de suportes mais primitivos, como um cartão perfurado). Antes da Internet, a maior parte dos softwares de grande amplitude eram desenvolvidos em empresas ou centros de pesquisa. O trabalho individual não era

suficiente para viabilizar a construção de um software grande e complexo como um sistema operacional, por exemplo. Com o surgimento da Internet, a facilidade de comunicação e distribuição de softwares possibilitou o surgimento de novas formas de trabalho colaborativo. Aliando esse avanço na comunicação ao uso da modularidade (isto é, a possibilidade de divisão do software em componentes desenvolvíveis independentemente) e de integradores automáticos das contribuições individuais, passou a ser possível envolver colaboradores extremamente diversos em torno de uma grande tarefa. As barreiras de entrada para participação diminuíram (pois cada colaborador podia selecionar onde ia trabalhar, e a granularidade — tamanho e complexidade — do módulo em que iria contribuir), e a qualidade do esforço coletivo pôde aumentar, dada a diversidade dos colaboradores.⁶ Trata-se do movimento do software livre; a construção coletiva de uma ampla gama de softwares de qualidade, em constante atualização e evolução, e — o que talvez seja o mais importante — organizado na forma de um *rossio*.

Assim, uma distribuição como a Debian GNU/Linux, com mais de 50 milhões de linhas de código-fonte, e que poderia ter custado US\$ 1,9 bilhão se houvesse sido realizada em uma estrutura proprietária e centralizada [GONZÁLEZ-BARAHONA], pode ser adquirida sem nenhum custo e compartilhada livremente por qualquer pessoa. A idéia de “uso comum”, no caso do software livre, foi elevada a um patamar superior; não só o uso propriamente dito dos programas é livre e comum, mas também o seu desenvolvimento: todos podem ter acesso à estrutura interna dos programas e modificá-los como bem entenderem, desde que sejam respeitadas as condições do contrato social da respectiva comunidade. Tal contrato social normalmente exprime-se nos termos da licença de uso do software. No caso da GPL (General Public License), uma das licenças mais populares de software livre, exige-se que as modificações a bens do *rossio* sejam distribuídas com a mesma licença do bem modificado (mecanismo chamado de *copyleft* [SIMON & VIEIRA]) e desta forma garante-se que o *rossio* sempre se enriquecerá.

Das poucas regras formais que regem o movimento do software livre assentado na GPL, essa é a mais importante, pois garante a sua sustentabilidade: qualquer acréscimo construído sobre o *rossio* inicial deve ser também devolvido a ele. Por conta disso, a estrutura dessa comunidade tornou-se extremamente eficaz para

6 Para uma análise cuidadosa do tema, ver BENKLER [20002] e WEBER.

realimentar e ampliar seu *rossio*.

Exemplo parelho é o da Wikipedia. Enciclopédias e obras similares já eram realizadas colaborativamente no passado (tome-se o exemplo do Oxford English Dictionary [WINCHESTER]). No entanto, as barreiras de entrada e os custos para essa colaboração eram altíssimos. A Wikipedia, porém, conseguiu em apenas 5 anos ser comparável à Britânica, o padrão-ouro das enciclopédias: em termos quantitativos, ela equivale a mais de 1250 volumes, contra os 32 da Britânica (em agosto de 2007, e numa estimativa conservadora) [SMOLENSKI]; e em termos qualitativos, um estudo da revista *Nature* considerou seus verbetes sobre ciência comparáveis aos verbetes online da mesma Britânica [GILES].⁷

Esses dois exemplos são mostras de uma das principais maneiras pela qual os *rossios* não-rivais estão reconfigurando a sociedade: a sua realização tecnológica viabilizou a emergência da produção social, na expressão de Yochai Benkler.⁸

Ato 3: estudo e análise acadêmicos

Os dois grupos de exemplos de *rossio* — a língua portuguesa e as bibliotecas, por um lado, e a Wikipedia, o movimento do software livre e o projeto Gutenberg, por outro — tem diferenças e similaridades importantes. Os últimos fundamentam-se numa implementação tecnológica digital do *rossio*, que reduz a dependência de recursos rivais;⁹ já os primeiros dependem fundamentalmente de recursos materiais rivais. No entanto, a língua portuguesa, a Wikipedia e o movimento do software livre

7 No estudo, especialistas em diversas áreas fizeram avaliações cegas de verbetes de ambos os sites. Como era de se esperar, encontraram erros — mas o número de erros foi similar em ambas as enciclopédias. Os erros detectados na Wikipedia foram rapidamente corrigidos tão logo o estudo foi publicado.

8 Para mais sobre o tema, ver BENKLER, 2006 e SIMON & VIEIRA. Uma análise relacionada, mas que segue outros caminhos, pode ser encontrada no conceito de *multidão*, explorado por HARDT & NEGRI; a relação desse conceito com a produção social é objeto de uma interessante introdução em SILVEIRA.

9 Isto é, nessas implementações de *rossios* ainda há dependência de recursos rivais (como espaço em disco em um servidor, largura de banda na Internet etc.), mas tais recursos são proporcionalmente mais baratos e abundantes: hoje em dia um disco rígido é muito mais barato que o espaço e estantes correspondente em uma biblioteca.

(mas não as bibliotecas nem o Projeto Gutenberg) tem em comum a idéia de uma evolução constante, fragmentada e descentralizada, mas que gira em torno de um núcleo comum, que é melhor conceituado como um *rossio não-rival*.

Questões como essas — aliadas ao surpreendente sucesso e estabilidade de projetos colaborativos baseados em *rossios não-rivais*, como os do software livre — clamam por análises e justificações. O que há de comum entre esses *rossios*? O que neles é absolutamente novo? O que neles nos aparece como novo, mas sempre esteve entre nós e simplesmente passou despercebido até hoje? O que, em nossos paradigmas, fez com que tais objetos passassem despercebidos? Nossos paradigmas devem ser revistos à luz desses fenômenos? O que já era abordado em investigações acadêmicas, mas não nos termos de *rossios não-rivais*, e que diferenças esse conceito pode trazer para a análise? Esses são problemas complexos, para os quais ainda não há soluções claras. Eles implicam a academia, que tem começado a abordá-los nos últimos anos, à medida em que ela volta seus olhos para o conceito de *rossio não-rival*.

Ao fazermos a genealogia recente do tema dos *rossios não-rivais* provavelmente teremos que passar por um seminário sobre o domínio público organizado por James Boyle, na Duke University, em 2001 [BOYLE]. Esse seminário colocou o domínio público em evidência ao reunir estudiosos tentando abordar o conceito por diversas facetas. Investigações como a de Pamela Samuelson, que tipificou 13 “tipos” de domínio público [SAMUELSON], ajudaram a ampliar a idéia de domínio público, e permitiram estabelecer relações entre ele e o conceito mais amplo de *rossio não-rival*. Essa aproximação foi particularmente importante, pois abriu caminho para cotejar e transferir, para o tema dos *rossios não-rivais*, os conhecimentos já acumulados nos diversos estudos existentes sobre os *rossios rivais* (que já são desenvolvidos há tempos — o próprio Marx dedicou um capítulo ao tema do *enclosure* [MARX] —, e contam com profundidade significativa). O livro *Understanding Knowledge as a Commons*, coletânea publicada em 2007 e organizada justamente por Charlotte Hess e Elinor Ostrom, dois dos mais importantes estudiosos dos *rossios rivais*, é uma mostra da fecundidade dessa aproximação [HESS & OSTROM].

Coincidência ou não, Hess e Ostrom foram conferencistas no seminário de 2001. E é de outro conferencista do seminário, Yochai BENKLER, a obra mais

importante a tratar dos rossios não-rivais nos últimos tempos. Trata-se de *The Wealth of Networks*, de 2006, fundamental para avaliar a relação entre os rossios não-rivais e a produção social, na terminologia do autor: os esforços colaborativos descentralizados envolvidos em projetos como o do software livre. Trata-se de obra bastante profunda e multidisciplinar, e que começa a investigar com mais atenção a relação entre os rossios não-rivais e a política.

É preciso notar, porém, que estas investigações acadêmicas estão apenas engatinhando, e apenas começam a mapear o tema. Somos da opinião de que estão por vir muitos estudos mais profundos e diversificados sobre as consequências e possibilidades abertas pela realização tecnológica dos rossios não-rivais.

Ato 4: a política

O último ato deste mosaico sobre as transformações sociais e os rossios não-rivais é também a conclusão de nosso artigo. Trata-se de uma pequena reflexão sobre o futuro: qual será o papel potencial dos rossios não-rivais, e o que nos falta fazer a esse respeito. É também uma exortação: é preciso politizar esse debate; ele não pode continuar sendo tratado apenas da perspectiva privada, das vantagens estritamente individuais.

No geral, as relações de propriedade privada são caracterizadas por uma assimetria fundamental entre o proprietário e o restante da sociedade. O único detentor de direitos sobre o bem, nesse caso, é o proprietário, que pode arbitrariamente excluir os outros de usar ou interagir com esse bem. No caso do rossio, ocorre justamente o oposto: há uma simetria relativa entre os usuários, que só podem ser excluídos do acesso ao rossio por razões não discricionárias (isto é, por regras gerais e objetivas, que se apliquem a todos e visem a sustentabilidade daqueles recursos). Dessa forma, as deliberações sobre o governo dos rossios — isto é, sobre como administrá-los e regular seu acesso — são eminentemente políticas: afetam e interessam a um coletivo, e não a indivíduos isoladamente (e isso é particularmente relevante no caso dos rossios não-rivais, que são em geral amplos e abertos a adesões).

Obviamente, essas deliberações serão sempre cheias de desafios, justamente por

serem deliberações políticas. Mas os desafios são ainda maiores por alguns motivos. Em primeiro lugar, estamos cada vez menos acostumados a pensar no que é comum. Se, no âmbito econômico, o neoliberalismo ajudou a erodir a importância do comum, no âmbito do conhecimento e da cultura (e por extensão, dos *rossios* não-rivais) a retórica da propriedade intelectual contribui para nos fazer crer que toda produção imaterial origina-se na esfera privada, e que a propriedade privada é o paradigma mais adequado para governá-la.

O vocabulário e os conceitos que temos à nossa disposição para pensar a produção imaterial foram sendo construídos sob essa perspectiva: a valorização do aspecto privado da produção intelectual, e consequentemente da propriedade privada dessa produção. É preciso construir uma nova linguagem e novos conceitos que nos permitam recolocar a questão em seu devido equilíbrio, reenfatizando a importância que os *rossios* têm para a sociedade, e o perigo que corremos ao subestimá-los! É preciso realçar mais ainda o caso dos bens intelectuais comuns alocados em *rossios* não-rivais: beneficiam-se das sinergias entre a característica de não-rivalidade e o próprio conceito de *rossio*, e viabilizam inúmeras formas de produção social baseada no compartilhamento e na cooperação!

Em segundo lugar, embora já tenhamos um aprofundamento razoável nos estudos sobre a governança dos *rossios* rivais, estamos longe de dizer o mesmo em relação aos *rossios* não-rivais. Como vimos, esses *rossios* têm naturezas diferentes, e apresentam problemas e dilemas diferentes. Os conhecimentos acumulados sobre a governança dos *rossios* rivais ajudarão, mas é certo que não será possível simplesmente transferir esses conhecimentos para os *rossios* não-rivais. Como vimos, a escassez é um fator determinante para governar os *rossios* rivais, e portanto a extensão da comunidade a que podem servir é mais limitada; nos não-rivais, ao contrário, uma vez que os bens foram produzidos, é viável possibilitar que comunidades muito maiores usufruam dele. Isso talvez implique que a governança dos *rossios* não-rivais terá um caráter político bem mais amplo. É certo, de qualquer forma, que será necessário aprofundar o nosso entendimento das características e contradições específicas dos *rossios* não-rivais.

Por fim, em terceiro lugar, vale lembrar que outro desafio a ser enfrentado na esfera política é o da convivência entre os *rossios* não-rivais e a propriedade privada.

Se a opção entre ambos é colocada como binária e excludente, torna-se muito difícil chegar a soluções aceitáveis. É mais provável que seja necessário avaliar e discutir cuidadosamente quanto e onde se quer rossio, e quanto e onde se quer propriedade privada; onde é possível que convivam com sinergia, e onde um e outro tenderão a excluir-se ou substituir-se mutuamente. A tarefa não é fácil, e está apenas começando.

A esses desafios que envolvem a politização do debate sobre os rossios, relaciona-se um fenômeno aparentemente contraditório, e que daqui em diante merecerá atenção para ser melhor compreendido. É o fato de que rossios não-rivais parecem alimentar o debate político de maneira geral, por meio da constituição do que BENKLER chama de esfera pública interconectada. Com efeito, a deliberação política requer a comunicação, que, no seu grau mais simples, já requer um bem compartilhado: a língua. E, num grau maior de complexidade, ela requer também acesso a meios de comunicação plurais, que permitam a atuação conjunta de pessoas e pontos de vista diversificados. Os meios de comunicação de massa, amadurecidos no século passado, possibilitaram, para essa finalidade, algum avanço em relação às condições anteriores (ou seja, ampliaram o debate político e criaram novas arenas em que ele pode ser exercido); mas hoje, eles poderão ser ofuscados pela Internet, principalmente no que diz respeito à possibilidade de uma participação ordens de grandeza maior no debate político de maneira democrática e transparente.

Sem dúvida, a Internet ainda é longe do ideal nesse sentido: a educação e a infra-estrutura computacional disponível fazem um corte claro entre quem está habilitado a participar ou não desse debate político. Mas é certo também que a situação é muito melhor do que a que vivemos com os meios de comunicação de massa; em que, na prática, a comunicação possível é majoritariamente unilateral e mercantilizada. Há muito mais pessoas em nossa sociedade capazes de expressar e compartilhar seus pontos de vista pela Internet do que por meios de comunicação de massa. A concretização destas possibilidades poderá depender da realização eficiente e culturalmente atrativa de novos e poderosos rossios não-rivais.

O fato de que a Internet foi inicialmente estruturada de maneira análoga a um rossio (isto é, seus protocolos são abertos e livremente utilizáveis, os bens que compõem sua estrutura são em grande parte compartilhados, e de maneira geral seu funcionamento é descentralizado) provavelmente conta a favor para ampliar a

participação possível no debate político. Ainda que haja aqui uma aparente tautologia, não nos surpreenderá se a valorização política dos rossios fortalecer-se na esfera pública por meio de uma ferramenta como a Internet.

Bibliografia

BENKLER, Yochai. “Coase’s Penguin, or, Linux and *The Nature of the Firm*”. *Yale Law Journal*, 112, 2002. Disponível em <<http://www.benkler.org/CoasesPenguin.html>>.

_____. *The Wealth of Networks, How Social Production Transforms Markets and Freedom*, Yale University Press, 2006. Disponível em <http://www.benkler.org/wealth_of_networks>.

BOYLE, James (ed.). *Law and Contemporary Problems*, 66(1-2), inverno/primavera 2003 [edição especial intitulada *The Public Domain*]. Disponível em <<http://www.law.duke.edu/journals/lcp/indexpd.htm>>.

GILES, Jim. “Internet encyclopaedias go head to head”. *Nature*, 438:900-1, 2005. Disponível em <<http://www.nature.com/news/2005/051212/full/438900a.html>>.

GONZÁLEZ-BARAHONA, Jesús M. et al. “Counting potatoes: The size of Debian 2.2”. Disponível em <<http://people.debian.org/~jgb/debian-counting/counting-potatoes/>>.

HARDIN, Garrett. “The Tragedy of the Commons”. *Science*, 162:1243-1248, 1968.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005

HESS, Charlotte & OSTROM, Elinor. *Understanding Knowledge as a Commons, From Theory to Practice*. Cambridge: The MIT Press, 2007.

MARX, Karl. *O capital*, vol. 1, capítulo 27. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch27.htm>>.

MCLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. New York: Signet, 1969 [1ª ed. 1962].

PROJECT GUTENBERG NEWS. *Project Gutenberg eBook Statistics: Past and Present*. Disponível em <<http://www.pg-news.org/statistics/>>.

SAMUELSON, Pamela. “Enriching Discourse on Public Domains”. *Duke Law Journal*, 55:783-834, 2006. Disponível em <<http://www.law.duke.edu/journals/cite.php?55+Duke+L.+J.+783>>.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. “O conceito de *Commons* na Cibercultura”. Trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em <<http://www.adtevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1202-1.pdf>>.

SIMON, Imre & VIEIRA, Miguel Said. “A propriedade intelectual diante da emergência da produção social”. Em Villares, Fábio (org.). *Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. Disponível em <<http://www.ime.usp.br/~is/papir/pips-19mar07.pdf>>

SMOLENSKI, Nikola. “Size of English Wikipedia in August 2007”. Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Size_of_English_Wikipedia_in_August_2007.svg>.

VIEIRA, Miguel Said. “Geometrização do mundo e imagem digital”. Artigo apresentado no simpósio Acta Media III; no prelo, disponível em <http://impropriedades.wordpress.com/artigos/>.

WEBER, Steven. *The Success of Open Source*. Cambridge / Londres: Harvard University Press, 2004.

WINCHESTER, Simon. *The Professor and the Madman*. Nova York: HarperCollins, 1998.